



DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

**XXXII CONCURSO PARA ESTÁGIO REMUNERADO EM
DIREITO NA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO NO
AMAZONAS - 2024**

Número do CPF: _____

Instruções

Responda as questões fundamentadamente, com base em seus conhecimentos jurídicos, e à caneta de tinta azul ou preta; não identifique a prova; respeite o espaço da resposta. Boa Prova!

“Não sou nada.

Nunca serei nada.

Não posso querer ser nada.

À parte isso, tenho em mim todos os sonhos do mundo.”

Álvaro de Campos

DIREITO PENAL

GABARITO DA QUESTÃO DE DIREITO PENAL (15 pontos)

1. Prescrição (5 pontos)

- Identificação correta do prazo prescricional para o crime do art. 50-A da Lei nº 9.605/98, considerando pena máxima cominada (4 anos) e o prazo prescricional correspondente (art. 109, IV, do Código Penal) – 1 ponto.
- Reconhecimento da redução pela metade do prazo prescricional devido à idade de João (art. 115 do Código Penal), passando para 4 anos – 1,5 ponto.
- Contagem correta do prazo entre o fato (2018) e o recebimento da denúncia (2023), excedendo o prazo prescricional de 4 anos – 1,5 ponto.
- Conclusão de que o crime está prescrito e que a punibilidade deve ser extinta (art. 107, IV, do Código Penal) – 1 ponto.

2. Acordo de Não Persecução Penal (ANPP) (5 pontos)

- Indicação dos requisitos do art. 28-A do Código de Processo Penal: confissão, pena mínima inferior a 4 anos, e ausência de violência ou grave ameaça – 2 pontos.
- Análise da adequação do caso concreto ao instituto: confissão de João, natureza do crime e ausência de impeditivos legais – 1,5 ponto.
- Conclusão correta sobre a viabilidade do ANPP, embora prejudicada pela extinção da punibilidade – 1,5 ponto.

3. Absolvição Sumária (5 pontos)

- Fundamentação na tese de exclusão da culpabilidade por estado de necessidade (art. 23, I, do Código Penal), com análise do elemento “subsistência” – 3 pontos.

- Menção ao §1º do art. 50-A da Lei nº 9.605/98, que prevê que não é crime o desmatamento praticado para subsistência em estado de extrema pobreza, como no caso de João – 0,5 ponto.

- Análise sobre a possibilidade de aplicação do princípio da insignificância, se presentes seus requisitos, considerando o contexto e o impacto ambiental mínimo – 1,5 ponto.

DIREITO CIVIL, PROCESSUAL CIVIL E DO CONSUMIDOR

GABARITO DA QUESTÃO DE DIREITO CIVIL, PROCESSUAL CIVIL E DO CONSUMIDOR

(15 pontos)

a) Os conceitos de negócio jurídico e de contrato são sinônimos? Explique. (4 pontos)

Não são sinônimos - **1 ponto**

Negócio jurídico é gênero, do qual o contrato é espécie – **2 pontos**

Contrato é uma espécie de negócio jurídico, caracterizado por ser sempre bilateral ou plurilateral, demandando o acordo de vontades entre duas ou mais partes – **1 ponto**

b) Diferencie os conceitos nulidade absoluta e nulidade relativa dos negócios jurídicos. (4 pontos)

A nulidade absoluta ocorre quando o negócio jurídico apresenta vícios que ofendem normas de ordem pública, a qual impede que o negócio produza efeitos jurídicos válidos – **2 pontos**

A nulidade relativa ocorre quando o negócio jurídico apresenta vícios que prejudicam interesses particulares, mas que não comprometem a ordem pública. Embora defeituoso, o negócio pode produzir efeitos, salvo se for anulado – **2 pontos**

c) Ao analisar o caso de Dona Raimunda, o Defensor Público Federal entendeu haver elementos para a judicialização do caso. Ao ajuizar demanda contra a CEF, será possível requerer a aplicação do Código de Defesa do Consumidor em favor de Dona Raimunda? (4 pontos)

Sim, é possível requerer a aplicação do Código de Defesa do Consumidor (CDC) em uma demanda contra a Caixa Econômica Federal (CEF) – **1 ponto**

Vulnerabilidade do consumidor em face da CEF/instituições financeiras – **2 pontos**

Entendimento do STJ acerca da aplicação do CDC em face de instituições financeiras – **1 ponto**

d) Tendo em conta o narrado, a quem incumbirá o ônus da prova acerca da ocorrência de vício na contratação em questão? (3 pontos)

Em regra, o ônus da prova incumbe a qual alega – **1,5 pontos**

Contudo, em caso de aplicação do CDC, há possibilidade de inversão do ônus da prova em favor do consumidor, desde que comprovada sua hipossuficiência – **1,5 pontos**

REDAÇÃO (30 pontos)

A redação deve apresentar coesão e coerência, contendo introdução, desenvolvimento do tema e conclusão.

Com relação ao tema, o candidato deverá abordar a temática dos direitos sociais, preferencialmente referindo-se à inovação representada pela Constituição de 1988, assim como abordar o papel da Defensoria Pública enquanto instância de efetivação de direitos e com potencial de transformação da realidade social.